





5.2. Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ MM)	4T24		4T23		Variação		2024		2023		Variação	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
<b>Renda de aplicações financeiras</b>	22	22	-	-	96	82	14	17%				
<b>Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida</b>	(202)	(153)	(49)	32%	(707)	(632)	(75)	12%				
<b>Outros resultados financeiros não relacionados a dívida</b>	(25)	(24)	(1)	4%	(88)	(75)	(13)	17%				
Juros, comissões e acréscimo moratório	19	22	(3)	(14%)	87	87	-	-				
Variações monetárias e cambiais - outros	1	2	(1)	(50%)	-	3	(3)	(100%)				
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(4)	-	(4)	-	(21)	(19)	(2)	11%				
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	(7)	(9)	2	(22%)	(30)	(33)	3	(9%)				
Obrigações pós-emprego	-	(5)	5	(100%)	(8)	(10)	2	(20%)				
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(34)	(34)	-	-	(116)	(103)	(13)	13%				
<b>Total</b>	<b>(205)</b>	<b>(155)</b>	<b>(50)</b>	<b>32%</b>	<b>(699)</b>	<b>(625)</b>	<b>(74)</b>	<b>12%</b>				

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 205 milhões no 4T24 (vs. -R\$ 155 milhões no 4T23) e de -R\$ 699 milhões em 2024 (vs. -R\$ 625 milhões em 2023), explicado, majoritariamente, pelo aumento nos encargos da dívida, devido à elevação do IPCA no período (26% do endividamento da companhia está atrelado a este indexador) e aumento do saldo médio da dívida, devido às captações direcionadas para investimentos, visando atender a expansão do mercado.

6. INVESTIMENTOS

Em 2024, a Neoenergia Elektro realizou Capex de R\$ 1.018 milhões, principalmente alocados em projetos de expansão de rede, conforme tabela abaixo:

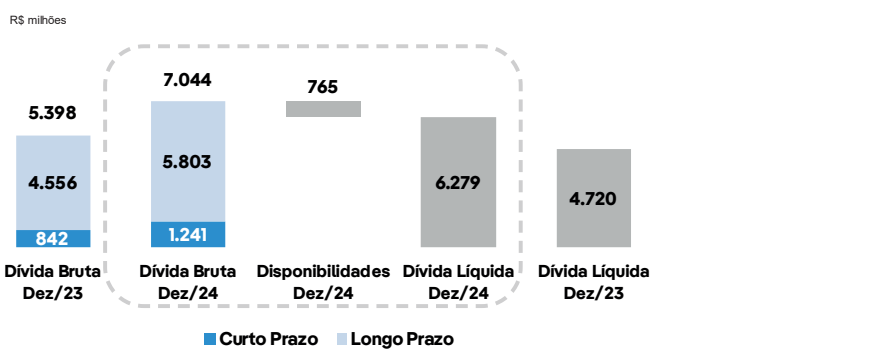
INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM)	4T24		2024	
	R\$	%	R\$	%
<b>Expansão de Rede</b>	<b>(186)</b>	<b>(627)</b>	<b>57%</b>	
Novas Ligações	(107)	(397)		
Novas SE's e RD's	(79)	(229)		
<b>Renovação de Ativos</b>	<b>(60)</b>	<b>(187)</b>	<b>18%</b>	
<b>Melhoria da Rede</b>	<b>(35)</b>	<b>(114)</b>	<b>11%</b>	
<b>Perdas e Inadimplência</b>	<b>(2)</b>	<b>(11)</b>	<b>1%</b>	
<b>Outros</b>	<b>(49)</b>	<b>(120)</b>	<b>12%</b>	
<b>Movimentação Material (Estoque x Obra)</b>	<b>(8)</b>	<b>(5)</b>		
<b>(-) Investimento Bruto</b>	<b>(359)</b>	<b>(1.065)</b>		
SUBVENÇÕES	14	42		
<b>(-) Investimento Líquido</b>	<b>(325)</b>	<b>(1.023)</b>		
Movimentação Material (Estoque x Obra)	8	5		
<b>(+) CAPEX</b>	<b>(317)</b>	<b>(1.018)</b>		
Base de Anuidade Regulatória	(49)	(120)	11%	
Base de Remuneração Regulatória	(283)	(940)	89%	

Os investimentos realizados foram aderentes ao necessário para o período, refletindo a política da Companhia para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

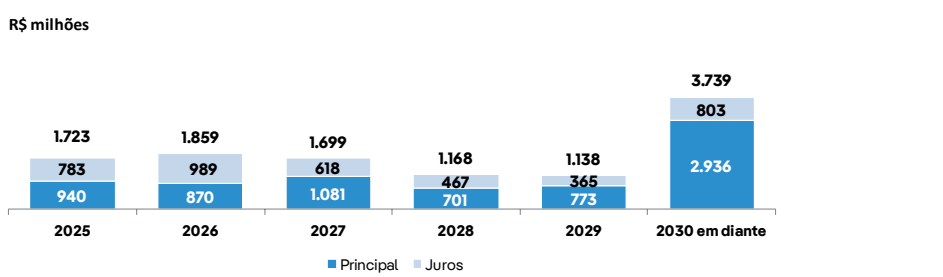
7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2024, a dívida líquida da Neoenergia Elektro, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 6.279 milhões (dívida bruta de R\$ 7.044 milhões), apresentando um crescimento de 33% (R\$ 1.559 milhões) em relação a dezembro de 2023. Em relação a segregação do saldo devedor, 82% da dívida está contabilizada no longo prazo e 18% no curto prazo.



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2024.



8. RATING

Em 27 de março de 2024, a Standard & Poor's – S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em "BB" na Escala Global e "brAAA" na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

9. OUTROS TEMAS

9.1. Clientes Baixa Renda

Resolução ANEEL nº 1.000/2021 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212/2010 e pelo Decreto nº 7.583.

Número de Consumidores (milhares)	4T24		4T23		4T24 x 4T23	
	R\$	%	R\$	%	Dif.	%
Convencional	2.327	2.246	81	3,6%		
Baixa Renda	262	295	(33)	(11,2%)		
<b>Total</b>	<b>2.589</b>	<b>2.541</b>	<b>48</b>	<b>1,9%</b>		

9.2. Práticas de Gestão

9.2.1. Remuneração de Acionistas

A Neoenergia Elektro possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no site da Companhia (https://www.neoenergia.com/politicas-governanca-corporativa). Em 2024, a Companhia deliberou os seguintes proventos: (i) Dividendos de R\$ 419.265 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 12/04/2024 e pagos em 22/05/2024; (ii) Dividendos relativos à reserva de lucros de exercícios anteriores de R\$ 500.000 mil, deliberados Assembleia Geral Ordinária de 12/04/2024 e pagos em 22/05/2024; (iii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 37.771 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 20/03/2024 e pagos em 26/08/2024; (iv) Dividendos de R\$ 270.376 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 24/04/2024 e pagos em 26/08/2024; (v) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 22.657 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 20/06/2024 e pagos em 26/08/2024; (vi) Dividendos Intermediários de R\$ 430.000 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 22/07/2024 e pagos em 26/08/2024; (vii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 19.416 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 25/09/2024 e pagos em 20/12/2024; (viii) Dividendos Intermediários de R\$ 209.000 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 21/10/2024 e pagos em 20/12/2024; (ix) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 20.890 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 18/12/2024 e com previsão de pagamento até 31/12/2025.

Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2024 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025.

9.2.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplicam a todas as empresas do Grupo, permitindo o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada. O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Neoenergia Elektro reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações da Companhia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Companhia. O Sistema, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente, se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referendado todos os elementos-chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras comissões. A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, abaixo pormenorizado. Conselho de Administração Integrado por seis representantes titulares, sendo um membro independente, e um suplente, todos com mandato de três anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia, podendo ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou secretário. Conselho Fiscal Com função independente, é composto atualmente por cinco membros titulares e igual número de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se trimestralmente ou em reuniões extraordinárias sempre que convocados. Diretoria Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente uma vez por mês ou sempre que convocados pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores. Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles e (ii) certificação das informações. A certificação financeira ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são precisas e os controles internos para suportá-las foram executados da forma adequada. No caso de certificação não financeira, os executivos atestam anualmente o ambiente de controles existentes para garantir a qualidade e integridade das informações dos indicadores reportados no Relatório de Sustentabilidade.

9.2.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Política de Gestão de Pessoas que define como atráinms, desenvolvemos e fidelizamos profissionais talentosos. Nosso objetivo é fomentar o bem-estar físico, mental e emocional das equipes mediante o seu crescimento pessoal e profissional. Assim, buscamos que as pessoas participem do projeto de sucesso empresarial do Grupo, garantindo um posto de trabalho digno e estável, em um ambiente diversificado e inclusivo. Formação administrativa de pessoas com deficiência: programa de qualificação profissional para pessoas com deficiência em desempenho e resultado dos negócios. A empresa desenvolve diversos programas para melhorar a qualificação técnica de seus profissionais de forma a torná-los aptos para o desempenho de suas funções e contribuir para o fomento de uma cultura de desenvolvimento, criação de valor e melhoria contínua, permitindo aos seus colaboradores assumirem protagonismo em seu desenvolvimento e crescimento de carreira. Em 2024, além dos programas direcionados a talentos e sucessores, investimos na formação de 100% de nossos líderes e colaboradores, focando no fortalecimento da nossa Cultura e da Centralidade no Cliente, competência estratégica e prioritária para a Neoenergia. Também realizamos formações para reciclagem de competências e atualizações obrigatórias para todos os níveis. Nosso objetivo é realizar negócios com competência, garantindo resultados sustentáveis por meio do desenvolvimento contínuo de nossas pessoas. Sobre o tema diversidade, em 2024, promovemos diversas ações com o público interno, destacando-se: Cartilha Informativa sobre Assédio no Ambiente de Trabalho: como parte dos nossos processos de Compliance, a cartilha foi divulgada nos canais internos de comunicação, treinamentos e eventos com objetivo de ajudar a identificar, prevenir e combater o assédio; Conteúdos de diversidade e inclusão: foram mais de 5 mil participações nos eventos de diversidade e inclusão, que incluíram antirracismo, violência contra a mulher, orgulho LGBT, luta da pessoa com deficiência e outros; Vilarejos Juntos: rodas de conversa conduzidas por colaboradores para pequenos grupos. Os encontros são um ambiente seguro de acolhimento. LGBTfobia no ambiente de trabalho, maternidade, autoestima e pessoas negras, segurança psicológica de pessoas LGBT, pessoas 45+ são alguns dos temas tratados; Escola de Eletricistas: iniciativa para criar oportunidades de capacitação profissional gratuita, que aponta a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras; Potencializar: programa de desenvolvimento exclusivo para pessoas negras; HERSARGY: programa global de desenvolvimento de mulheres para cargos de superintendência e diretoria; Formação administrativa de pessoas com deficiência: programa de qualificação profissional para pessoas com deficiência em parceria com o Senai. Os formados entram no banco de talentos da Neoenergia para futuras contratações; Programa de acolhimento de colaboradoras em situação de violência contra a mulher: iniciativa oferece suporte como acompanhamento jurídico, psicológico, financeiro além de outras medidas. Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, que é uma iniciativa que visa criar oportunidades de capacitação profissional gratuita e apoiar a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras da companhia. Entre 2019 e 2022, formamos turmas exclusivas para mulheres, visando fomentar a participação feminina no mercado de eletricistas. A partir de 2023, com a participação espontânea de mulheres nas turmas mistas, reduziu-se o número de turmas dedicadas exclusivamente a elas. A Escola é reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da União Europeia para estimular boas práticas das empresas. Finalizamos o ano com as mulheres ocupando mais de 10% do nosso quadro de eletricistas contra 5,6% em 2022 e 8,4% em 2023, confirmando nossa crença na igualdade de gênero e nosso compromisso em alcançar mais de 12% até 2030. Em 2024, a Neoenergia alcançou marcos relevantes em suas iniciativas de voluntariado, refletindo seu compromisso contínuo com a responsabilidade social e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No ano, foram registradas 4.208 participações, superando as projeções mapeadas na nossa meta ESG de voluntariado, que prevê 3.700 participações em 2025 e 4.700 em 2030. Além das ações previstas no cronograma anual do voluntariado corporativo, a Neoenergia demonstrou solidariedade e apoio às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul, com a participação de 1.194 doadores, entre colaboradores e familiares, a campanha arrecadou um total de R\$ 113 mil. Com a contrapartida do Instituto Neoenergia, o valor total doado chegou a R\$ 227 mil. Este esforço coletivo foi fundamental para fornecer assistência e recursos às comunidades afetadas, evidenciando o espírito de união e responsabilidade social da equipe Neoenergia. Algumas ações de 2024 que foram destaques: Eu cuido do meu quadrado: os voluntários e suas famílias fizeram ações de limpeza nas proximidades de casa e do trabalho, recolhendo mais de 387 quilos de lixo das ruas;

Ensinar as Profissões: palestras focadas em contribuir para o emprego de qualidade para jovens. Aconteceu em cinco estados impactando mais de 500 pessoas; Campanha de doação de roupas: arrecadação de mais de 28.281 mil peças para 80 instituições beneficiadas; Operação quilo: doação de mais de 42,5 mil quilos de alimentos arrecadados distribuídos para milhares de pessoas por meio de 130 ONGs beneficiadas; Árvore da Solidariedade: a tradicional campanha de Natal aconteceu na Bahia, no Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, em Pernambuco e São Paulo; Sincronia da Solidariedade: nossos voluntários conseguiram arrecadar mais de 23 mil itens de higiene, beneficiando mais de 5,3 mil pessoas direta e indiretamente.

10. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

10.1. ESG

A estratégia e o modelo de negócio da Neoenergia foram desenhados antecipando o papel que o setor elétrico pode desempenhar no combate às mudanças climáticas e na criação de valor para todos os seus públicos de relacionamento, gerando dividendo social e oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental. O compromisso do grupo com a agenda ESG está formalizado em seu Sistema de Governança Corporativa e Sustentabilidade, alinhado aos 10 Princípios do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU). A empresa concentra esforços nos ODS mais relevantes para o seu modelo de negócio: fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7) e ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13). E mantém, ainda, compromisso com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e vida aquática (ODS 14). Esse compromisso é materializado com a publicação de 30 Metas ESG a serem alcançadas em 2025 e 2030, e que são acompanhadas e divulgadas trimestralmente. Na tabela abaixo, apresentamos os resultados alcançados em 2024:

Metas ESG	Parâmetros	2024 Real	2025 Meta	2030 Meta
Emissões	Emissões de gCO2e/kWh na geração (escopo 1)	4	36	20
Digitalização de redes	% redes de Alta Tensão e Média Tensão digitalizadas	80%	83%	90%
Eletrificação da frota	% de veículos leves próprios eletrificados na frota Neoenergia	14%	13%	50%
Frota de veículos leves sustentável	% sobre a frota total de veículos leves (flex, híbrido ou elétrico)	99%	99%	100%
Capacidade instalada de água de reuso	Milhões de litros	8,3	7,5	10
Avaliação de Biodiversidade	% ativos com avaliação de biodiversidade e plano de impacto positivo	0%	20%	100%
Mulheres em posições relevantes	% de mulheres nas posições de Diretoria e Superintendência	33%	31%	35%
Mulheres em postos de liderança	% de mulheres em postos de liderança nas posições de Diretoria, Superintendência e Gerência	32%	33%	40%
Mulheres formadas eletricistas	% de mulheres formadas nas escolas de eletricistas	50%	30%	35%
Mulheres em postos de eletricista	% de mulheres em postos de eletricistas	10%	9%	12%
Diversidade racial	% de pretos e pardos nas posições de Diretoria, Superintendência, Gerência e Supervisão	30%	35%	40%
Voluntariado corporativo	Nº de voluntários (colaboradores e acompanhantes)	4.208	3.700	4.700
Segurança (ISO 45001)	% colaboradores próprios lotados em sites certificados pela ISO 45001	58%	50%	60%
Segurança	Número de acidentes de trabalho com e sem afastamento (equipe própria)	0,28	<0,43	<0,39
Formação	Média de horas para formação de colaboradores e de profissionais das comunidades onde atuamos	96	67	70
S Clientes digitais	% de transações digitais / (Transações humanas + Transações digitais)	94,2%	95,1%	95,1%
Inclusão e diversidade para atendimento ao cliente	Número de soluções implementadas	15	22	NA
Beneficiários do Instituto Neoenergia	Beneficiários anuais dos programas (mil)	649	280	412
Qualidade de fornecimento	Duração Equivalente das Interrupções por unidade consumidora	9,18	9,29	8,44
Compras de fornecedores locais	% do volume faturado de compras com fornecedores locais	100%	>90%	>90%
Compras de fornecedores sustentáveis	% de fornecedores relevantes classificados como sustentáveis	90%	>80%	>85%
Procedimento de Due Diligence de Direitos Humanos	Revisão contínua	✓	✓	✓
Processo formal de engajamento das Partes Interessadas	Ampliar o engajamento das partes interessadas por meio de mecanismos e canais diversos	✓	✓	✓
Avaliações de cibersegurança	Número de avaliações anuais ou verificações externas	522	316	316
Treinamentos em cibersegurança	Número de horas anuais de treinamento em cibersegurança e proteção das informações	13.152	11.500	13.100
Remuneração variável ESG	% da remuneração variável para incentivo de longo prazo atrelada a ESG	30%	30%	33%
G Práticas de Governança Corporativa	Manter as melhores práticas de governança	✓	✓	✓
Certificação externa independente ou validação do sistema de Compliance	Obter/manter (anualmente)	✓	✓	✓
F Framework de financiamento verde	Revisão anual e atualização (se aplicável)	✓	✓	✓
Financiamento ESG	% novos contratos financeiros no triênio de 2023/2025 e 2026/2030 com classificação ESG/verde (com taxonomia europeia)	85%	>60%	>75%

Durante o ano, a Neoenergia manteve seu compromisso com a geração de energia limpa e sustentável. A empresa anunciou a criação de uma joint venture com a empresa Carbon2Energy para desenvolvimento e comercialização de créditos de carbono, que ficará em projetos de reflorestamento de áreas desmatadas, manejo florestal e reabilitação de manguezais, com o objetivo de capturar mais de 10 milhões de toneladas de CO2 nos próximos anos, por meio da criação da Carbon2Nature Brasil.

No arquipélago de Fernando de Noronha, foi concluída a terceira usina solar na Ilha, com um sistema de armazenamento de energia de 100 kW/215 kWh. A ilha também recebeu 14 veículos elétricos, incluindo o primeiro buggy 100% elétrico fabricado no Brasil. A energia gerada nas usinas será utilizada para abastecimento dos veículos e, o excedente, será injetado na rede de distribuição, ampliando o uso de fontes renováveis pelos consumidores locais. As ações fazem parte do projeto Trilha Verde, que compõe o Programa Energia Sustentável Noronha.

Buscando desenvolver soluções para geração de energia limpa e sustentável, foi instalado, no litoral norte do Rio de Janeiro, o sistema flutuante LIDAR, pioneiro no Brasil, para estudos de medição eólica offshore. O sensor, certificado internacionalmente, mede características do vento e do mar com alta precisão e confiabilidade.

No âmbito social, um dos destaques é o programa Potencializar para desenvolver talentos negros no setor elétrico. Inicialmente implementado na Neoenergia Coelba, o programa será expandido para todas as distribuidoras em 2025, com o objetivo de aumentar a diversidade e inclusão, promovendo a ascensão de profissionais negros a cargos de liderança.

Em 2024, também foi comemorada a marca de mais de mil mulheres formadas na Escola de Eletricistas da Neoenergia. A iniciativa estimula a geração de emprego e renda, além de contribuir para a equidade de gênero em uma carreira majoritariamente masculina. A escola é pioneira no setor e reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres junto à Organização Internacional do Trabalho e à União Europeia. A Neoenergia também aderiu ao Programa Pro-Equidade de Gênero e Raça, uma iniciativa do Governo Federal por meio do Ministério das Mulheres, com o objetivo de transformar a cultura organizacional do país.

Em 2024 a Neoenergia recebeu o prêmio "Boas práticas" do Pacto Global-Rede Brasil da ONU pelo programa de apoio a colaboradores vítimas de violência, destacando-se no Movimento Elas Lideram 2030. O CEO, Eduardo Capelastegi também foi reconhecido com o prêmio de "CEO Elas Lideram 2030" mais engajado com a temática, refletindo o compromisso com a igualdade de gênero e a inclusão social.

Em 2024, a Neoenergia também recebeu o prêmio "Boas práticas" do Pacto Global-Rede Brasil da ONU pelo programa de apoio a colaboradores vítimas de violência, destacando-se no Movimento Elas Lideram 2030. O CEO, Eduardo Capelastegi também foi reconhecido com o prêmio de "CEO Elas Lideram 2030" mais engajado com a temática, refletindo o compromisso com a igualdade de gênero e a inclusão social.

Também permaneceu no The Sustainability Yearbook, da S&P e no CDP, com score A em Mudanças Climáticas e B em Segurança Hídrica.

10.2. Inovação

A inovação é a principal estratégia da Neoenergia para garantir a sustentabilidade, a eficiência e a competitividade da empresa. A companhia entende a inovação como um processo descentralizado, aberto e que permeia todos os negócios e atividades que realizamos. Esse processo é intensificado pela diversidade de nossos colaboradores e garantido pela ambidestria organizacional, que permite a conciliação entre as atividades rotineiras e iniciativas de inovação. A partir da estratégia first to market, buscamos constantemente tecnologias emergentes que contribuam com o cumprimento dos ODS 9 (Inovação) e testes em infraestrutura e 13 (Combate às mudanças climáticas). Os esforços da companhia estão organizados em torno de cinco grandes eixos alinhados com os vetores fundamentais da transformação do setor de energia, a descarbonização da geração, a promoção de redes inteligentes e a eletrificação da demanda: Tecnologias disruptivas cada vez mais eficientes, sustentáveis e ecologicamente corretas que otimizam o funcionamento de instalações e processos. Novos produtos e serviços competitivos que respondem às necessidades dos clientes, com maior personalização de conteúdo e ofertas; Digitalização e automação em todos os negócios e processos com a utilização de tecnologias como, internet das coisas (IoT), realidade virtual e aumentada, big data, inteligência artificial, machine learning e ferramentas de fácil uso como Power BI, Power Apps e Power Query; Inovações em materiais, empreendedores e fornecedores com o objetivo de desenvolver novos modelos de negócio e impulsionar inovações incrementais e disruptivas; Cultura de inovação e talento como base para os pilares de transformação da organização.

A governança da inovação tem o apoio da plataforma colaborativa Go In, que busca soluções promissoras para os nossos negócios e para o setor elétrico como um todo. Por meio dessa plataforma, realizamos em 2024 a segunda chamada do Programa Inovamos – Jornada Neoenergia de Criação de Valor, a qual recebeu mais de 900 ideias, das quais, mais de 270 se tornaram projetos que impulsionarão a nossa evolução contínua.

Em 2024, investimos um total de R\$ 186,1 milhões em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI). Este montante é constituído pelos investimentos em inovação para a realização de projetos de inovação em parceria com o Senai, o Senac e o Senac, além de investimentos em projetos de inovação em parceria com o Senai, o Senac e o Senac. Os projetos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação regulado pela Anel reuniram, nos últimos anos, mais de 1,4 mil pesquisadores e cerca de 70 parceiros tecnológicos entre institutos de ciência e tecnologia, universidades, indústrias, startups e empresas de base tecnológica.

Em 2024, inauguramos o Laboratório de Interoperabilidade e Conectividade – Multiprotocolos, em parceria com a Lactec. Esse centro de excelência é dedicado a testes em redes digitais de energia, desempenhando um papel fundamental para garantir uma comunicação padronizada entre equipamentos de diversos fabricantes. A interoperabilidade de comunicação fortalece a expansão eficiente das redes digitais no Brasil. Outro destaque foi o lançamento do Programa Neoenergia Talentos do Futuro, realizando edições no Rio de Janeiro e em Salvador, envolvendo 43 cursos de graduação de 37 instituições universitárias em busca de soluções inovadoras para desafios relevantes do setor elétrico. Como resultado de nossa atuação, recebemos reconhecimentos das principais premiações de inovação do Brasil, tais como o prêmio Valor Inovação, figurando entre as 3 empresas mais inovadoras do setor elétrico; o TOP 100 Open Corps, sendo reconhecida como uma das 3 empresas do setor que mais inovam com startups; e o principal troféu na 48ª edição do Circuito Nacional do Setor Elétrico (Cinase) 2024, pelo projeto Subestação Subterrânea Hermo, que levou também o prêmio na categoria Instalações Elétricas. Conquistamos ainda prêmios nas categorias Pesquisa e Desenvolvimento, com o projeto Godel Multitlink; e Energias Renováveis, com Hidrogênio Verde.

10.3. Educação e Cultura

Com o Programa Saúde, Educação e Renda (SER), atuamos em pilares que impactam diretamente o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) das regiões dos parques eólicos Lagoas,



Projeto Plataforma Consumo Consciente que prevê a instalação de um equipamento no medidor de energia da residência que coleta dados a serem disponibilizados numa plataforma de monitoramento de consumo em tempo real de baixo custo e interações com conteúdo educativo, alertas e orientações sobre consumo consciente.

**10.6. Pesquisa e Desenvolvimento**

Quatro temas estratégicos norteiam o Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) da Neoenergia: Tecnologias Inteligentes, Eficiência Operacional, Segurança e Sustentabilidade, tendo como objetivo viabilizar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras que trazem impactos positivos para os negócios, meio ambiente e benefícios para os clientes.

GODEL Smart Sensor 34,5 kV, um sensor inteligente patenteados pela Neoenergia e licenciado para exploração comercial, que permite a identificação de faltas de energia e o monitoramento de perdas técnicas e não técnicas.

GODEL SMART SENSOR AT sistema de monitoramento de linhas de 69kV a 138kV constituído de sensores e respectivas unidades concentradoras e servidores de comunicação com software de gerenciamento, armazenamento e análise.

GODEL MULTILINK concentrador de dados de medição que promove a transferência segura de informações entre os equipamentos do sistema elétrico e os sistemas da distribuidora.

GODEL MEDIÇÃO padrão de comunicação entre os medidores inteligentes de energia.

GODEL CONECTA sistema para determinação da capacidade de acomodação da geração distribuída nas redes de média e baixa tensão, com resposta imediata do ponto mais apropriado para a conexão solicitada, indicando ainda se há necessidade de obras de reforço.

GODEL SMART SENSOR AT sistema de monitoramento de linhas de 69kV a 138kV constituído de sensores e respectivas unidades concentradoras e servidores de comunicação com software de gerenciamento, armazenamento e análise.

Com o objetivo de transformar a experiência do cliente, destaca-se o projeto Conexão Digital, que criou e integrou canais de atendimento que conectam e facilitam a vida dos clientes, oferecendo serviços digitais que proporcionam autonomia, facilidade e acessibilidade.

Com relação à Eficiência Operacional, destacamos os projetos de PDI que aprimoram os serviços de energia elétrica da Neoenergia para atendimento aos clientes. O projeto PDI ANEEL Previsão Climática, desenvolveu um algoritmo e aplicativo computacional para previsão da evolução da temperatura do ar e de sensação térmica, utilizando resultados de modelos numéricos do sistema climático, combinados com técnicas de *machine learning*.

Ainda na vertente de Eficiência Operacional, destacam-se os seguintes projetos de PDI ANEEL:

- Lavagem de Isoladores, veículo com sistema inteligente para lavagem automatizada dos Isoladores das redes de distribuição.
- Torre de Emergência Móvel para reposição emergencial de estruturas em 69kV e/ou 138kV (suspensão e/ou ancoragem) e inclui o desenvolvimento de âncoras nacionais removíveis.
- Veículos Aéreos não Tripulados (VANT), sistema de diagnóstico, inspeção e cadastro automático de ativos da rede elétrica, utilizando veículos aéreos (drones) não tripulados e autocarregáveis.

- Na vertente de Segurança, temos:
  - Braço Robótico, em que foi desenvolvido equipamento para atividades de poda de árvores próximas às redes energizadas de até 46kV de forma robotizada e com operação remota, a fim de evitar acidentes elétricos.
  - Smart Safety Eye, sistema com inteligência artificial que busca a identificação de ações inadequadas pelas equipes de campo, como a não utilização ou uso inadequado de equipamentos de proteção individual.

- Na vertente de Sustentabilidade, temos:
  - Programa de Mobilidade Elétrica da Neoenergia que inclui projetos para ampliar a infraestrutura de recarga de veículos elétricos e desenvolver novas soluções, como o Caminhão Elétrico, com sistema embarcado para recargas de oportunidade do veículo na própria rede de baixa tensão.

**11. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DA NEOENERGIA ELEKTRO**

As ações da Neoenergia Elektro são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos.

**Prêmio Abradee 2024** - A Neoenergia Elektro ficou em 1º lugar na categoria Qualidade da Gestão e conquistou o 3º lugar na categoria Gestão e Inovação do prêmio Abradee 2024.

**Prêmio FNQ** - A Neoenergia Elektro foi reconhecida na categoria prata do Prêmio Melhores em Gestão (ciclo 2024) da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ).

**Great Place to Work (GPTW)** - A Neoenergia Elektro conquistou a primeira posição na categoria Grande Empresa do Interior de São Paulo do prêmio GPTW, que é conhecido globalmente pela avaliação do nível de satisfação dos empregados. Na edição de 2024, 5 mil companhias participaram da pesquisa.

**12. AUDITORES INDEPENDENTES**

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), firmado em 01/03/2021, com vigência de 60 meses.

Em 2024, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 737.948,00, dos quais R\$ 630.248,00 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e R\$ 107.700,00 referem-se a outros serviços relacionados à auditoria, tais como revisão da tradução dos demonstrativos para inglês, auditoria de demonstrações regulatórias e procedimentos previamente acordados sobre relatório controle patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2024	2023
<b>Receita operacional, líquida</b>	5	<b>9.328</b>	<b>8.703</b>
<b>Custos</b>		<b>(6.826)</b>	<b>(6.229)</b>
Custos com energia elétrica	4	(4.947)	(4.588)
Custos de construção	5	(1.016)	(869)
Custos de operação	6	(833)	(772)
<b>Lucro bruto</b>		<b>2.502</b>	<b>2.474</b>
Perdas de créditos esperadas	10,2	(117)	(116)
Despesas com vendas	6	(60)	(62)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(301)	(312)
<b>Lucro operacional</b>		<b>2.024</b>	<b>1.984</b>
<b>Resultado financeiro</b>	7	<b>(699)</b>	<b>(625)</b>
Receitas financeiras		179	166
Despesas financeiras		(829)	(720)
Outros resultados financeiros, líquidos		(49)	(71)
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>1.325</b>	<b>1.359</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	8,11	<b>(410)</b>	<b>(388)</b>
Corrente		(299)	(295)
Diferido		(111)	(93)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>915</b>	<b>971</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação - R\$</b>	19,2 (a)		
Ordinária		4,49	4,77
Preferencial A		4,94	5,23
Preferencial B		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Valores expressos em milhões de reais)

	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>915</b>	<b>971</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado:</b>		
Obrigações com benefícios à empregados	51	(94)
Hedge de fluxo de caixa	2	(1)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(18)	32
<b>Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado</b>	<b>35</b>	<b>(63)</b>
<b>Itens que serão reclassificados para o resultado:</b>		
Hedge de fluxo de caixa	(10)	17
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	3	(5)
<b>Total dos itens que serão reclassificados para o resultado</b>	<b>(7)</b>	<b>12</b>
<b>Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos</b>	<b>28</b>	<b>(51)</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>943</b>	<b>920</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Valores expressos em milhões de reais)

	Capital Social	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
			Outros resultados abrangentes	Reserva legal			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>952</b>	<b>766</b>	<b>(80)</b>	<b>171</b>	<b>271</b>	<b>919</b>	<b>2.999</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	915	915
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(919)	(919)
Outros resultados abrangentes	-	-	28	-	-	-	28
<b>Destinação do lucro líquido:</b>							
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	(271)	(915)	(1.010)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>952</b>	<b>766</b>	<b>(52)</b>	<b>171</b>	<b>176</b>	<b>919</b>	<b>2.913</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>952</b>	<b>766</b>	<b>(29)</b>	<b>171</b>	<b>771</b>	<b>234</b>	<b>2.863</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	971	971
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(234)	(234)
Outros resultados abrangentes	-	-	(51)	-	-	(51)	(51)
<b>Destinação do lucro líquido:</b>							
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	(500)	(971)	(1.471)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>952</b>	<b>766</b>	<b>(80)</b>	<b>171</b>	<b>271</b>	<b>919</b>	<b>2.999</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Elektro Redes S.A. - Neoenergia Elektro (Companhia), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Campinas - São Paulo - Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, lista da na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela Neoenergia S.A. ("NEOENERGIA"). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 228 municípios do Sul, dos quais 223 estão localizados no estado de São Paulo, e os outros 5 no estado de Mato Grosso do Sul, abrangendo uma área de concessão de 121 mil km², a qual é regulada pelo contrato de concessão nº 187/98, com vencimento em 2028. Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul, desde 2002. **1.1. Gestão de riscos financeiros e operacionais:** As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de abril de 2024, compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do grupo. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000. Bem como, boas práticas e/ou premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de Energia, como as regulamentações vigentes na ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do acionista controlador e sua política global de riscos. **1.1.1. Gestão de Riscos financeiros e Mercado:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são: - Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*; - O risco de exposição de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; - Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial; - Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; - A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de <i>swap</i> e a termo.
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a SOFR e CDI.	Operações de <i>swap</i> , gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. **(a) Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxa de câmbio: A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2024, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 21.7. (ii) Risco de taxas de juros e índices de preços: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externo (ex: CDI, TJP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros da dívida, rendimentos das aplicações financeiras e as receitas tarifárias das concessões que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas na nota 21.7. (iii) Risco de preço de *commodities*: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. *Commodities* metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia. *Commodities* energéticas - Energia elétrica: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia elétrica como demanda e oferta, hidrologia, gás, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na análise da sobrecontratação de energia das distribuidoras, na cobertura de *castro* da energia comercializada e na venda da energia ao cliente final. **(b) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade de, a Companhia não honrar seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O

**13. BALANÇO SOCIAL**

Nosso desempenho em aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança é relatado anualmente desde 2004. Adotamos desde 2010 as normas da Global Reporting Initiative (GRI) e, a partir de 2020, passamos a considerar os padrões do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) para o setor elétrico e as recomendações do Dow Jones Sustainability Index (DJSI). Em 2021, adicionamos as recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD, ou Força-Tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima). O documento atende ainda a nossos compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU). O Relatório de Sustentabilidade da empresa é divulgado o site da companhia ([www.neoenergia.com](http://www.neoenergia.com)), e o documento referente ao ano de 2024 será publicado até 31 de março de 2025.

**14. NOTA DE CONCILIAÇÃO**

A Neoenergia Elektro apresenta os resultados do 4T24 e 2024 a partir de análises gerenciais que a Administração entende traduzir da melhor forma o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de Demonstrações Financeiras Intermediárias (International Financial Reporting Standards - IFRS). Como referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Memória de Cálculo	4T24	4T23	2024	2023	Correspondência nas Notas Explicativas (*)
(+) Receita líquida	2.447	2.307	9.328	8.703	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(106)	(46)	(277)	(196)	Nota 3
(-) Outras receitas	(52)	(46)	(212)	(186)	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	1	1	5	4	Nota 3.4
<b>= RECEITA Operacional Líquida</b>	<b>2.290</b>	<b>2.216</b>	<b>8.844</b>	<b>8.325</b>	
(+) Custos com energia elétrica	(1.277)	(1.224)	(4.947)	(4.588)	Demonstrações de resultado
(+) Custos de construção	(325)	(218)	(1.016)	(869)	Demonstrações de resultado
<b>= Custo com Energia</b>	<b>(1.602)</b>	<b>(1.442)</b>	<b>(5.963)</b>	<b>(5.457)</b>	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	106	46	277	196	Nota 3
<b>= MARGEM BRUTA</b>	<b>794</b>	<b>820</b>	<b>3.158</b>	<b>3.064</b>	
(+) Custos de operação	(225)	(208)	(863)	(772)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(14)	(17)	(60)	(62)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(83)	(75)	(301)	(312)	Demonstrações de resultado
(-) Depreciação e Amortização	102	94	388	363	Nota 6
(+) Outras receitas	52	46	212	186	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	(1)	(1)	(5)	(4)	Nota 3.4
<b>= Despesa Operacional (PMISO)</b>	<b>(169)</b>	<b>(161)</b>	<b>(629)</b>	<b>(601)</b>	
(+) PECLD	(32)	(36)	(117)	(116)	Demonstrações de resultado
<b>EBITDA</b>	<b>593</b>	<b>623</b>	<b>2.412</b>	<b>2.347</b>	
(+) Depreciação e Amortização	(102)	(94)	(388)	(363)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(205)	(155)	(699)	(625)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(91)	(91)	(410)	(388)	Demonstrações de resultado
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>195</b>	<b>283</b>	<b>915</b>	<b>971</b>	Demonstrações de resultado

(\*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.

**DISCLAIMER**

Esse documento foi preparado pela ELEKTRO S.A. ("Neoenergia Elektro" e/ou "Companhia"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Elektro e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Elektro.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Elektro sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na informação Demonstrações Financeiras.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia ([ri.neoenergia.com](http://ri.neoenergia.com)).

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Valores expressos em milhões de reais)

	Notas	2024	2023
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	9	745	657
Contas a receber de clientes e outros	10	2.256	2.154
Títulos e valores mobiliários		20	21
Instrumentos financeiros derivativos	15,3 (a)	128	87
Tributos sobre o lucro a recuperar	8,13	4	2
Outros tributos a recuperar	8,21	63	57
Outros ativos circulantes		178	155
<b>Total do circulante</b>		<b>3.394</b>	<b>3.133</b>
<b>Não circulante</b>			
Contas a receber de clientes e outros	10	33	48
Instrumentos financeiros derivativos	15,3 (a)	102	88
Tributos sobre o lucro a recuperar	8,13	5	4
Outros tributos a recuperar		11	88
Depósitos judiciais	16,1 (c)		



em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2024.

Rating de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Banco do Nordeste	AAA	AAA	AAA
Banco Pine	A	A	-
Bank of America (*)	A1	A-	AA-
BNDES	AAA	AAA	AAA
BHP Paribas	AAA	AAA	AAA
Brasco	AAA	AAA	AAA
BRB Banco de Brasília	A	A+	BBB-
Caixa Econômica Federal	AAA	AAA	AAA
Citibank	-	AAA	AAA
Goldman Sachs	-	-	AAA
HSBC	AAA	AAA	AAA
Itau	AAA	AAA	AAA
JP Morgan	-	AAA	-
Mitsubishi UFJ	-	AAA	-
Morgan Stanley	-	AAA	-
Safra	AAA	AAA	-
Santander	AAA	AAA	-
Scotiabank	AAA	-	-
Suntomo Mitsui	AAA	AAA	AAA
Votorantim	A+	AAA	AAA

(\*) Bank of America - BoFA possui ratings somente em escala global.

**1.1.2 Gestão de Riscos Operacionais: (a) Risco regulatório: Ambiente Regulatório:** A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da Agência, estão previstos na Resolução Normativa nº 946/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida. **Equilíbrio Econômico-Financeiro das Concessões:** Conforme definido na Lei nº 8.987/1995, o equilíbrio da concessão ocorre quando atendidas as condições previstas no contrato de concessão. No contrato foram estabelecidos os mecanismos de alteração das tarifas, que são o reajuste tarifário anual, a revisão tarifária periódica e a revisão tarifária extraordinária. Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANEEL calcula e autoriza a aplicação de novas tarifas, resultantes de revisão ou de reajuste, nas condições do respectivo contrato. Nos processos tarifários, são apurados pela ANEEL os valores das CVA's (Conta de compensação de variação de valores de Itens da Parcela A) que cobrem a parte econômica das perdas, Indicadores de Qualidade A (energia, transporte e encargos setoriais), frente a cobertura tarifária estabelecida pela ANEEL no processo tarifário anterior. Havendo possibilidade de desequilíbrio, está previsto também no contrato de concessão o direito à uma RTE (Revisão Tarifária Extraordinária). Porém, o reconhecimento de algum desequilíbrio e a realização da RTE depende do atendimento a uma série de requisitos previstos no PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária). O serviço de distribuição é regulado pelo modelo de *Price Cap* (caracterizado pela regulação percentual) baseado em regras econômicas (custos operacionais eficientes, remuneração adequada, entre outros) definidas na revisão tarifária e atualizadas nos reajustes tarifários cuja finalidade é reproduzir no desempenho das empresas reguladas os resultados que seriam obtidos em mercados competitivos, onde se destaca eficiência na prestação e na gestão do serviço. Dessa forma, tais riscos relacionados à eficiência na prestação e na gestão do serviço são assumidos pelas distribuidoras. Adicionalmente, as variações de mercado também são riscos das distribuidoras. A ANEEL, no exercício de suas funções, possui poder discricionário na definição e aferição dos parâmetros que são utilizados para a definição das tarifas, tais como: níveis regulatórios dos custos operacionais, taxa de remuneração de capital (WACC), Fator de Retorno, Índice de Preço de Referência, entre outros. A ANEEL também possui o direito de fornecimento, dentre outros. Esses parâmetros podem ter suas metodologias revistas ou serem definidos em patamares desfavoráveis para a Companhia, afetando negativamente as receitas originalmente previstas. **Indicadores de Sustentabilidade Econômica e Financeira:** As Distribuidoras devem preservar, seja por previsão específica em seus Contratos de Concessão ou pelas disposições gerais do Anexo VIII da Resolução Normativa nº 948/2021, esta última com vigência desde 2022, as condições de Sustentabilidade Econômica e Financeira em função do seu ciclo de vida operacional, incluindo investimentos, além da responsabilidade no pagamento de tributos e na distribuição de proventos. Tal condição é mensurada anualmente pela ANEEL por meio de indicadores baseados na Dívida Líquida regulatória, no EBITDA ajustado por parâmetros regulatórios, na quota de reintegração regulatória e no nível da taxa de juros SELIC. O descumprimento desses indicadores pode levar à regime de restrições na celebração de negócios entre partes relacionadas, limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, necessidade de aporte de capital pelos sócios controladores e, em casos de reincidência ou descumprimento de obrigações específicas, abertura de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão. Os dados econômicos e financeiros referenciados na Contabilidade Regulatória para apuração dos indicadores referentes ao ano de 2024 somente estarão disponíveis a partir de abril de 2025. Até o momento, a Companhia vem cumprindo todos os indicadores. **Indicadores de Continuidade do Fornecedor:** A ANEEL acompanha a eficiência com relação à continuidade do fornecimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo mensurado mediante a apuração, a cada ano civil, dos indicadores de continuidade de fornecimento de energia elétrica e de interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora (IEUC) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora. Ocorrendo descumprimento dos limites regulatórios, conforme definições da REN nº 948/2021, a ANEEL pode tornar obrigatória a apresentação de um plano de resultados, em caso de descumprimento do indicador no primeiro ano, limitar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, em caso de descumprimento por dois anos consecutivos ou por três anos dentro dos últimos cinco anos de apuração. Em caso de reincidência, a ANEEL pode abrir processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão. Nos últimos cinco anos de fornecimento de energia elétrica, qualquer descumprimento dos indicadores implicará na limitação de dividendos e de juros sobre o capital próprio da Companhia. **Postergação de Reajustes:** A data do reajuste tarifário é prevista no contrato de concessão, havendo o direito da distribuidora de ter o reajuste processado na referida data. Em alguns casos de postergação de reajustes tarifários ocorridos no setor elétrico, foi reconhecido o direito econômico ao reajuste desde a data prevista. Assim, em função de decisões do governo ou da agência reguladora, há risco de postergação da data do reajuste. Em caso de inadimplemento por parte da concessionária no recolhimento de encargos e impostos e no pagamento de eventuais impostos regulatórios, há o risco de impedimento da aplicação das novas tarifas nos Reajustes e Revisões Tarifárias, exceto as extraordinárias, bem como de serem suspensos eventuais repasses de RGR, CDE e CCC, nos termos da Lei nº 8631/1993. **Base Remuneração Regulatória (BRR) e Reconhecimento de Investimentos:** Os contratos de concessão estabelecem que a regulação da ANEEL deve definir a Parcela B com base em estímulos à eficiência e de forma comparativa. Assim, a metodologia de valoração da Base de Remuneração Regulatória (BRR) está baseada no reconhecimento de investimentos prudentes. Os investimentos realizados pela empresa são avaliados ao final de cada ciclo, ou seja, os investimentos prudentes integram a BRR no momento da revisão, já depreciados desde a data de imobilização. Os riscos de reconhecimento dos investimentos da Base de Remuneração são de ordem regulatória, quanto à valoração de ativos são oriundos das imprevisibilidades do mercado, principalmente nas oscilações no valor das *Commodities* (afeta mix de indicadores apurados pela Fundação Comitê de Gestão Empresarial - FUNCOGE) que são aplicados para avaliar os equipamentos principais; alterações das premissas de valoração dos ativos durante o ciclo tarifário vigente, incluindo a atualização do Banco de Preços Referenciais; e aplicação, por parte do agente regulador, durante o processo de revisão tarifária, de critérios de normalização regulatória. **(b) Risco hidrológico:** A energia vendida pelo negócio de Geração Hidráulica depende das condições hidrológicas dos reservatórios, impactado por questões climáticas. A receita da venda é vinculada à garantia física, cujo volume é determinado pelo Ministério de Minas e Energia. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, reduzindo a geração hidrelétrica devido a sua substituição por fontes térmicas ou à queda do consumo propiciada pela implementação de programas abrangentes de uso racional de energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode fazer com que a Companhia precise comprar energia no mercado de curto prazo, para fazer frente aos seus contratos de venda, a um preço de curto prazo (PLD) mais elevado. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN. Para reduzir a exposição a este risco de geração hidrelétrica, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico. **(c) Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segregada
Terrorismo	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 507
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 36
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 44
Veículos - Executivo	31/05/2024 a 31/05/2026	100% FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 1.469
Responsabilidade Civil - Drones	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 1
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	R\$ 1
Transporte	08/10/2024 a 08/10/2026	R\$ 2
Transporte - Óleo	23/08/2024 a 23/08/2025	R\$ 150
Cibersegurança	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 28

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos, seguros vigentes e dada a sua natureza.

**2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *IFRS Accounting Standards (IFRS Accounting)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução do valor recuperável ("impairment") de ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 17 de fevereiro de 2025. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma. Transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas para a moeda vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas:** As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações relacionadas na nota 2.5. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Notas	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados
8.1	Tributos sobre o lucro diferidos
10.2	Perdas de crédito esperadas
11	Ativos e passivos financeiros setoriais
12	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
15.3	Instrumentos financeiros derivativos
16.1	Provisão para processos judiciais
18.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria

**2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

**Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1) CPC 26:	As emendas estabelecem requisitos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de deferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, as cláusulas de covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2):	As emendas incluem requisitos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento ("Sale and Leaseback") de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7) CPC 3:	Divulgação de operações de Risco Sacado ("Reverse factoring"), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura de capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1):	A Resolução CVM nº 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objetivo principal é elucidar aspectos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas companhias brasileiras.	01/01/2024

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

**Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCP 10:	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (CO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40):	As emendas estabelecem requisitos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes; e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48):	As emendas estabelecem requisitos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtítulos definidos, incluindo o lucro operacional. A nova estrutura melhora a comparabilidade dos investimentos e outros pontos de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e apresentando os resultados do processo administrativo punitivo voltado à aplicação de penalidades normativas em discussão no IASB ou com a data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

**3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	2024	2023
Fornecimento de energia (nota 3.1)	5.599	5.145
Disponibilidade da rede elétrica (1)	7.093	6.592
Construção de infraestrutura da concessão	1.016	869
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	96	104
Valor de reposição estimado da concessão (2)	277	196
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.2)	(328)	4
Outras receitas (nota 3.3)	217	186
<b>Recursos operacionais brutos</b>	<b>13.965</b>	<b>13.096</b>
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.4)	(4.637)	(4.393)
<b>Recursos operacionais líquidos</b>	<b>9.328</b>	<b>8.703</b>

(1) A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) refere-se basicamente a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição, para consumidores cativos R\$ 4.670 (R\$ 4.416 em 31 de dezembro de 2023) e livres R\$ 2.423 (R\$ 2.176 em 31 de dezembro de 2023); e (2) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória.

**Revisão Tarifária Periódica - RTP 2024:** A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 27 de agosto de 2024, a Revisão Tarifária Periódica da Companhia, com vigência a partir de 27 de agosto de 2024, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.377/2024. A revisão tarifária da Companhia trouxe um efeito médio para os consumidores de -5,64%, sendo que para os consumidores da alta tensão, o reajuste ficou em -5,72%, enquanto para os de baixa tensão, ficou em -5,60%. **3.1 Fornecimento de energia elétrica:**

	GWh	2023	2024	R\$	2023
Residencial	5.564	5.276	5.008	4.462	
Comercial	1.975	2.052	2.092	2.041	
Industrial	714	960	562	653	
Rural	865	812	636	545	
Poder público	413	364	387	316	
Iluminação pública	452	464	266	250	
Outros	35	43	402	422	
Consumo próprio	9	8	-	-	
Fornecimento não faturado	-	-	(97)	92	
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica (1)	-	-	(4.623)	(4.416)	
Subvenções e subsídios governamentais (2)	-	-	966	780	
<b>Total</b>	<b>10.343</b>	<b>10.367</b>	<b>5.599</b>	<b>5.145</b>	

(1) Receitas referentes à disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 27 de agosto de 2024, conforme a Resolução Regulatória ANEEL nº 3.352/2024, e (2) A Lei nº 12.783/2013 determinou que os recursos regulatórios destinados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE, sendo: (i) R\$ 95 (R\$ 105 em 31 de dezembro de 2023) referente à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 715 (R\$ 622 em 31 de dezembro de 2023) referente à subvenção CDE; (iii) R\$ 112 (R\$ 31 em 31 de dezembro de 2023) referente à subvenção CCRBT; e (iv) R\$ 46 (R\$ 22 em 31 de dezembro de 2023) referente à subvenção modalidade Eletrobras.

**3.2 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais:**

	2024	2023
<b>CVA e neutralidade</b>		
Energia (1)	320	(377)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (2)	13	48
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (3)	(50)	(247)
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST (4)	(94)	34
Neutralidade de encargos setoriais (5)	(88)	(38)
PROINFRA	8	(63)
<b>Total</b>	<b>109</b>	<b>(643)</b>

**Componentes financeiros e subsídios**

Repasse de sobrecontratação (6)	(255)	96
Risco hidrológico (7)	6	62
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo (8)	(117)	16
Diferimento de reajuste (9)	(65)	123
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (10)	6	242
Crédito de restituição, concessão para modicidade	6	110
Modicidade Eletrobras (11)	(6)	110
MMGD s/ Perdas Não Técnicas	6	110
Outros	(13)	(3)
<b>Total</b>	<b>(437)</b>	<b>647</b>
	<b>(328)</b>	<b>4</b>

(1) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a menor entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, resultando em um aumento da CVA a receber neste ano, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários da Companhia em 2023 e 2024; (2) CVA ativa, decorrente das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL no processo tarifário da Companhia em 2023 e 2024; (3) CVA passiva, em função dos valores de quotas mensais das Contas de Desenvolvimento Energético - CDE, relativas às competências de janeiro a dezembro de 2024, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição, resultando em um efeito de ressarcimento na tarifa; (4) CVA passiva, decorrente da constituição das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, em função da REH nº 3.349/2024, com vigência a partir de 1º de julho de 2024 até 30 de junho de 2025, que estabeleceu os reajustes das tarifas de uso do sistema de transmissão, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL no processo tarifário da Companhia em 2024; (5) CVA passiva referente ao Componente Financeiro previsto no submódulo 4.4 do PRORET, calculado conforme mercado faturado e os valores contemplados do reajuste tarifário de 2024; (6) A Companhia aplica o ajuste financeiro como restituição referente a reconhecimento do valor maior entre os períodos, decorrente da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário; (7) CVA ativa referente ao Componente Financeiro estabelecido pela ANEEL através do PRORET, como previsão para cobertura dos riscos hidrológicos associados às usinas como promevidas com contratos de Cotas de Garantia Física (CGF), à usina de Itaipu e às usinas hidrelétricas; (8) Constituição passiva referente a Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos, conforme Submódulo 2.1 do PRORET; (9) Reconhecimento de recurso oriundo da Conta de Comercialização de Itaipu como reductor no reajuste tarifário de 27 de agosto de 2022, de acordo com Artigo 16 do Decreto nº 11.027/2022, sendo revertido na tarifa pela concessionária no reajuste tarifário de 27 de Agosto de 2024; (10) Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A ANEEL reconhece o reajuste de 2022, R\$ 547,0 em título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária no período de janeiro até dezembro de 2024, o valor ativo de R\$ 6 em contrapartida da redução da receita do período; e (11) Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobras com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021 e o Despacho ANEEL nº 1.239/2024, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL no processo tarifário de 2024, sendo contabilizado pela Companhia o passivo de R\$ 6 em 31 de dezembro de 2024.

**3.3 Outras receitas:**

	2024	2023
Arrendamentos e aluguéis	183	168
Comissão serviços de terceiros	4	4
Renda da prestação de serviços	17	8
Serviço taxado	3	3
Taxa de iluminação pública	-	8
(-) Compensações regulatórias (1)	-	(1)
Outras receitas	5	4
<b>Total</b>	<b>212</b>	<b>186</b>

(1) Compensação regulatória, em decorrência da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, que prevê a compensação/devolução em dobro em casos de atraso no atendimento das solicitações de serviços, e cobrança ou suspensão indevida.

**3.4 Deduções de receita bruta:**

	2024	2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(1.952)	(1.733)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(961)	(929)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(1)	(1)
<b>Total</b>	<b>(2.914)</b>	<b>(2.663)</b>

**Encargos setoriais**

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.548)	(1.552)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(39)	(38)
Encargos do consumidor - PROINFRA e CCRBT	(84)	(91)
Outros encargos (1)	(52)	(49)
<b>Total</b>	<b>(1.723)</b>	<b>(1.730)</b>
	<b>(4.638)</b>	<b>(4.393)</b>

(1) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSFE.

**3.5 Política contábil e julgamentos críticos: (a) Política contábil:**

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), onde a comercialização de energia elétrica para os consumidores é realizada por meio de licitação pública. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados: (i) a obrigação de desempenho ou cliente ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (ii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito execut



apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2024	2023
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>1.325</b>	<b>1.359</b>
<b>Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%</b>	<b>(451)</b>	<b>(462)</b>
<b>Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:</b>		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	34	65
Incentivos fiscais (I)	9	9
Multas indutivas	-	(I)
Outras adições (reversões) permanentes	(2)	1
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>(410)</b>	<b>(388)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>30,94%</b>	<b>28,55%</b>
Corrente	(299)	(295)
Diferido	(11)	(93)

**8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos:** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais, se houver, e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2024	2023
<b>Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)</b>	<b>168</b>	<b>214</b>
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	27	43
Provisão para processos judiciais	54	53
Perdas de créditos esperadas - contas a receber	90	84
Arrendamentos capitalizados	3	2
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	27	4
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(559)	(467)
Outros	8	11
<b>Total passivo não circulante</b>	<b>(182)</b>	<b>(56)</b>

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo	Passivo
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	-	(56)
Efeitos reconhecidos no resultado	-	(11)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	-	(15)
Transferências entre ativos e passivos	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	-	(182)

	2024	2023
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>93</b>	<b>10</b>
Efeitos reconhecidos no resultado	(10)	(93)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	27	27
Transferências entre ativos e passivos	56	(56)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(56)</b>	<b>(56)</b>

**8.1.3 Tributos sobre o lucro a recuperar/recolher**

	2024	2023
IRPJ	7	5
CSLL	2	1
<b>Total ativo não circulante</b>	<b>9</b>	<b>6</b>

	2024	2023
IRPJ	22	22
CSLL	14	14
<b>Total passivo circulante</b>	<b>36</b>	<b>1</b>

**8.1.4 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui montante reconhecido na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o montante de R\$ 1.234 (R\$ 904 em 31 de dezembro de 2023), referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário. As principais naturezas estão relacionadas abaixo, como seguem: (i) Não adição de despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 1190 (R\$ 863 em 31 de dezembro de 2023). **8.1.5 Benefício fiscal - Mais-valia e PMIPL:** O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a Mais-valia de aquisição de empresa incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da Mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido - PMIPL, cujos saldos são como seguem:

	2024	2023
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>214</b>	<b>262</b>
Amortização	(46)	(48)
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>168</b>	<b>214</b>

A amortização da Mais-valia, líquida da reversão da e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A Mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme impactos monetários abaixo:

	2025	2026	2027	2028
	46	46	46	46

**8.1.6 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária para a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. O benefício fiscal decorrente de Mais-valia e ágio (*goodwill*) incorporados em processo de reorganização societária são reconhecidos como tributos diferidos, em virtude da natureza do benefício fiscal intrínseco e por melhor representar a fulcração dos benefícios de caixa gerado pela transação em favor da Companhia. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, custos de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas internas sobre os cenários macroeconômicos, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal impactado pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas e consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser incorporados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **8.2 Outros tributos: 8.2.1 Outros tributos a recuperar:**

	2024	2023
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	140	132
Programa de Integração Social - PIS	2	2
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	9	9
<b>Total</b>	<b>151</b>	<b>143</b>
Circulante	63	57
Não circulante	88	86

**8.2.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher:**

	2024	2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	156	165
Programa de Integração Social - PIS	7	8
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	34	35
Impostos e contribuições retidos na fonte	6	5
Outros	5	16
<b>Outros tributos a recolher</b>	<b>208</b>	<b>229</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	23	25
Programa de Eficiência Energética - PEE	42	68
Outros (I)	7	(2)
<b>Encargos setoriais</b>	<b>72</b>	<b>91</b>
<b>Total</b>	<b>280</b>	<b>320</b>
Circulante	239	31
Não circulante	41	89

(I) Até julho de 2023, a Companhia realizou o recolhimento de Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE) utilizando os percentuais de 0,3% e 0,15%, respectivamente, considerando o veto da Lei nº 14.514/2022, sobre o inciso I do art. 1º, da Lei nº 9.991, de 24/07/2000. Em dezembro de 2023, após publicação do Ofício Circular ANEEL nº 0005/2023, foi realizado ajuste retroativo do cálculo, considerando os percentuais de 0,2% e 0,1%. **8.3 Ressarcimento a consumidores - Tributos federais:** A Companhia constituiu um ativo a recuperar de PIS e de COFINS e um passivo correspondente, que está sendo repassado aos consumidores através dos processos tarifários anuais, conforme determina a Lei nº 14.385/2022. O saldo dos valores passivos constituídos na Companhia, atualizados pela taxa SELIC e descontados dos repasses já realizados, bem como a movimentação, estão demonstrados a seguir:

	2024	2023
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>11</b>	<b>70</b>
Atualização monetária	1	-
Compensação	-	(60)
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>12</b>	<b>11</b>
Não circulante	12	11

**9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	69	74
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	115	341
Fundos de Investimento	561	242
<b>Total</b>	<b>745</b>	<b>657</b>

As carteiras de instrumentos financeiros classificadas como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 é de 99,91% (100,49% em 31 de dezembro de 2023) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	2024	2023
<b>Carteira Fundos exclusivos</b>		
Operações compromissadas	561	242
<b>Total</b>	<b>561</b>	<b>242</b>

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

**10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS**

	2024		2023	
	Perda de créditos esperadas	Contas a receber	Perda de créditos esperadas	Contas a receber
	Recebeível	Líquidos	Recebeível	Líquidos
Fornecimento de energia (nota 10.I)	1.323	(244)	1.079	1.364
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	64	-	64	32
Disponibilidade da rede elétrica	998	-	998	938
Subvenções e subsídios governamentais	119	-	119	115
Outros recebeíveis	48	(19)	29	-
<b>Total</b>	<b>2.552</b>	<b>(263)</b>	<b>2.289</b>	<b>2.449</b>
<b>Ativo circulante</b>				
Ativo não circulante			2.256	2.154
<b>Total</b>			33	48

**10.1 Fornecimento de energia:** A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	2024		2023	
	Perdas de créditos esperadas	Recebeível	Perdas de créditos esperadas	Recebeível
Residencial	429	(77)	426	(90)
Comercial	170	(51)	127	(42)
Industrial	205	(99)	211	(102)
Rural	49	(8)	44	(7)
Poder público	60	(1)	48	(1)
Iluminação pública	21	-	21	-
Serviço público	55	-	56	-
Não faturado	334	(8)	431	(5)
<b>Total</b>	<b>1.323</b>	<b>(244)</b>	<b>1.364</b>	<b>(247)</b>

O aging do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	2024		2023	
	Perdas de créditos esperadas	Recebeível	Perdas de créditos esperadas	Recebeível
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>790</b>	<b>(30)</b>	<b>858</b>	<b>(26)</b>
<b>Saldo vencimentos:</b>	<b>513</b>	<b>(214)</b>	<b>523</b>	<b>(23)</b>
Entre 1 e 90 dias	213	(22)	220	(22)
Entre 91 e 180 dias	42	(22)	41	(21)
Entre 181 e 360 dias	76	(53)	70	(51)
Acima de 360 dias	212	(117)	175	(127)
<b>Total</b>	<b>1.323</b>	<b>(244)</b>	<b>1.364</b>	<b>(247)</b>

**10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE**

	2024	2023
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>(247)</b>	<b>(210)</b>
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(117)	(116)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	101	79
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>(263)</b>	<b>(247)</b>

**10.3 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil:** O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 21.I) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação é incondicional, deduzidos das perdas de créditos esperadas. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de perda esperada - baseada na experiência de perda de crédito histórica, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou ajustada com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para o negócio de distribuição operado pela Companhia. A Companhia utiliza a abordagem de mensuração de uma matriz de perda esperada que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento (regular e parcelado), por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público), acima de 12 meses a matriz considera perda integral, à exceção dos grandes consumidores, com cobrança judicial, para os quais há uma análise individual que avalia as perdas de créditos esperadas, com base na efetividade de negociações e respectiva situação financeira.

**11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)**

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada cinco anos, em média, para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciais) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciais) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados encontra-se demonstrada a seguir:

	2024		2023	
	Obrigações líquidas	Efeito líquido	Obrigações líquidas	Efeito líquido
<b>CVA e neutralidade</b>				
Energia	158	(215)	(57)	137
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	64	-	64	45
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (nota 3.2)	10	(59)	(49)	1
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST	135	(1)	134	210
Neutralidade de encargos setoriais (nota 3.2)	7	(121)	(114)	40
Outros	-	(10)	(10)	(15)
<b>Componentes financeiros e subsídios</b>				
Repasse de sobrecontratação (I)	102	(111)	(9)	246
Risco hidrológico	-	(275)	(275)	-
Recuperação energia Termopoe	-	-	-	-
Ultraapassagem de demanda/excedente reativo (nota 3.2)	84	(331)	(247)	7
Ressarcimento P&D	160	(153)	7	206
Diferimento de reajuste (nota 3.2)	-	(3)	(3)	-
CDE Modicidade Eletrobras (nota 3.2)	-	(31)	-	(24)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS	-	-	-	(32)
MMGD s/ Perdas não Técnicas	6	-	6	-
Outros	10	(54)	(44)	13
<b>Total</b>	<b>736</b>	<b>(1.361)</b>	<b>(625)</b>	<b>905</b>
Valores homologados pela ANEEL (em reversão (I))	463	(755)	(292)	542
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	273	(606)	(333)	363
<b>Total</b>	<b>736</b>	<b>(1.361)</b>	<b>(625)</b>	<b>905</b>
Passivo circulante	-	(586)	-	(166)
Passivo não circulante	-	(39)	-	(210)

(I) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou um passivo de R\$ 9, decorrente da redução da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura. • Parcela estimada dos investimentos de processo tarifários. A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Direito	Obrigações	Efeito líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>905</b>	<b>(1.281)</b>	<b>(376)</b>
Constituição (I)	422	(833)	(411)
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário) (2)	(737)	821	84
Atualização monetária	77	(107)	(30)
Transferências (3)	69	39	108
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>736</b>	<b>(1.361)</b>	<b>(625)</b>
<b>Direito</b>	<b>1.124</b>	<b>(1.410)</b>	<b>(286)</b>
Constituição (I)	823	(733)	90
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário) (2)	(587)	501	(86)
Atualização monetária	124	(157)	(33)
Transferências (3)	(579)	518	(61)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>905</b>	<b>(1.281)</b>	<b>(376)</b>

(I) Em 2024, a Companhia constituiu o saldo no montante de R\$(411), com destaque para CVA de sobrecontratação, em função da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário. (2) Em 2024, a Companhia amortizou o montante de R\$ 84, decorrente dos saldos reconhecidos pela ANEEL no processo tarifário da Companhia em 2023 e 2024. (3) O melhor líquido, refere-se, principalmente, às reclassificações de passivo tributário para o passivo regulatório dos créditos compensados decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

**11.1 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil:** Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.I) e são originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela "A"), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial as expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou respassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, concessão. A Companhia, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente. A parte da energia injetada mensalmente na rede de distribuição por consumidores detentores de microgeração ou minigeração distribuída e que excede a quantidade necessária para abater o consumo naquele período equivale a um crédito de energia, que é contabilizado como um passivo a restituir aos consumidores durante o prazo máximo de 60 meses, findo o qual o montante não compensado deverá ser revertido para a modicidade tarifária. O efeito da energia injetada na apuração das Perdas Não Técnicas (PNT) é calculado e contabilizado como um ativo regulatório. A diferença em relação ao montante contabilizado no passivo a restituir é contabilizada como custo de energia.

**1**



A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	2024	2023
<b>Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa</b>		
Contratados para proteção de dívidas	69	(31)
Contratados para proteção de outras operações	1	(1)
<b>Derivativos designados para contabilidade de hedge - valor justo</b>		
Contratados para proteção de dívidas	153	139
	<b>223</b>	<b>107</b>

	2024		2023	
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações
<b>Saldo inicial</b>	108	(1)	107	217
Ganho (perda) reconhecido no resultado	194	-	194	(143)
Liquidação financeira entradas (saídas)	(70)	-	(70)	18
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	(10)	2	(8)	16
<b>Saldo final</b>	<b>222</b>	<b>1</b>	<b>223</b>	<b>108</b>
<b>Ganho (perda) reconhecido no resultado</b>				
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	194	-	194	(143)

**15.3.1 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil:** Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são reconhecidas no resultado, exceto se forem designados como  *hedge accounting*  e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como  *hedge accounting*  são classificadas e apresentadas como  *hedge econômico* , já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. Nas operações designadas como  *hedge accounting* , a Companhia documenta no início da operação, a relação entre os instrumentos de  *hedge*  e os itens protegidos por  *hedge* , com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de  *hedge* . A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de  *hedge*  são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como  *hedge*  de fluxo de caixa têm seu componente efetivo reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou ativo intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de  *hedge*  são reconhecidos dentro do patrimônio líquido. As variações no valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controlados são reconhecidas no patrimônio líquido como reservas de transações com o sócio. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto, caso ocorram mudanças diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas nas notas 21.2 e 21.8, respectivamente.

**16. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

**16.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: a) Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte envolvida em ações civis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões são reconhecidas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>68</b>	<b>89</b>	<b>13</b>	<b>170</b>
Adições e reversões, líquidas	34	9	1	44
Pagamentos	(37)	(21)	-	(58)
Atualizações monetárias	22	8	1	31
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>87</b>	<b>85</b>	<b>15</b>	<b>187</b>
Circulante				36
Não circulante				151

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>77</b>	<b>83</b>	<b>12</b>	<b>172</b>
Adições e reversões, líquidas	15	7	22	44
Pagamentos	(35)	(12)	-	(47)
Atualizações monetárias	11	11	1	23
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>68</b>	<b>89</b>	<b>13</b>	<b>170</b>
Circulante				28
Não circulante				142

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de desembolso futuro provável, destacamos: (1) **Processos cíveis:** Do total reconhecido, destaca-se: • Ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, envolvendo também questionamentos diversos de clientes atinentes ao fornecimento de energia, entre outros, perfazendo o valor provisionado de R\$ 58 (R\$ 54 em 31 de dezembro de 2023); (2) **Processos trabalhistas:** Do total reconhecido, destacam-se: • Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, cujo valor provisionado é de R\$ 75 (R\$ 78 em 31 de dezembro de 2023); e • Ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, cujo valor estimado é de R\$ 9 (R\$ 11 em 31 de dezembro de 2023); (3) **Processos fiscais:** Do total reconhecido, destacam-se: • Emissão fiscal decorrente de auto de infração relativo a crédito de ICMS supostamente indevido no período compreendido entre janeiro de 2004 a novembro de 2007, que se encontra pendente de decisão nos Tribunais Superiores. Em setembro de 2021, a Fazenda do Estado de São Paulo efetuou a correção da Certidão de Dívida Ativa para adequar o valor envolvido às decisões proferidas de forma favorável à Companhia até o momento, culminando na redução de R\$ 16 para R\$ 13, os quais encontram-se atualmente provisionados. **b) Passivos contingentes:** Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2024	2023
Processos cíveis (1)	831	680
Processos trabalhistas (2)	93	103
Processos fiscais (3)	1.772	1.358
<b>Total</b>	<b>2.696</b>	<b>2.141</b>

Dentre os processos relevantes cujo risco de desembolso futuro é considerado possível, destacamos: (1) **Processos cíveis:** Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros, conforme explicados a seguir: • Ações versando sobre eventual legitimidade da cobrança pela instalação de infraestrutura de distribuição de energia elétrica em faixas de domínio em das rodovias. Como o tema ainda não está pacificado nos Tribunais, os assessores jurídicos da Companhia mantêm o prognóstico de perda como possível. O montante estimado perfaz o total de R\$ 604 (R\$ 539 em 31 de dezembro de 2023); (2) **Processos trabalhistas:** Referem-se a diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, benefícios diversos, ajustes salariais, verbas rescisórias e reflexos. Do total de R\$ 93 (R\$ 103 em 31 de dezembro de 2023) provisionados, destacam-se: • Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, cujo valor estimado é de R\$ 57 (R\$ 75 em 31 de dezembro de 2023); e • Ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, cujo valor estimado é de R\$ 36 (R\$ 27 em 31 de dezembro de 2023); (3) **Processos fiscais:** Referem-se às ações tributárias e impugnatórias de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPNF, IPTU, PIS/COFINS, entre outros, cujos(a) destaque(s) apresentamos a tratar a seguir: • Autos de infração relativos a crédito de ICMS cuja extinção se dá pelo "Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente" (CIAP) se deu supostamente em desacordo com regras previstas na legislação tributária, estimados em R\$ 612 (R\$ 569 em 31 de dezembro de 2023); • Autos de infração relativos a crédito de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado da Companhia e sobre combustíveis utilizados na frota operacional, estimados em R\$ 200 (R\$ 197 em 31 de dezembro de 2023); • Autos de infração relativos a contribuições sociais (INSS) sobre valores pagos a título de PLR, previdência privada, assistência médica, Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT bem como valores pagos a título de cessão de mão-de-obra, estimados em R\$ 109 (R\$ 112 em 31 de dezembro de 2023); e • Autos de infração relativos a estornos de débitos de ICMS (Convênio 30) relativos à refaturamento de contas de energia elétrica, estimados em R\$ 274 (R\$ 256 em 31 de dezembro de 2023). As provisões para processos e os passivos contingentes foram atualizados monetariamente: (i) pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações cíveis; (ii) pela variação do IPCA na fase pré-tribunal e SELIC após o ajustamento para as ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 56; e (iii) pela variação da taxa SELIC, para as ações fiscais. **c) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	2024	2023
Processos cíveis	9	9
Processos trabalhistas	15	20
Processos fiscais	4	5
Outros processos	7	8
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>42</b>

**16.2 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para gerar a obrigação; (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional ou intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

**17. OUTROS PASSIVOS**

	2024	2023
Caução em garantia (1)	45	44
Devoluções a consumidores (2)	77	29
Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	16	20
Repasse a terceiros	5	5
Bônus estratégico	14	10
Fundo educacional	15	6
Outras provisões	25	26
Entidades seguradoras	2	4
Encargos financeiros	69	15
Devolução MMGD (3)	55	15
<b>Total</b>	<b>308</b>	<b>162</b>
Circulante	272	127
Não circulante	36	35

(1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente (IPCA ou CDI), para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade de pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços; (2) Refere-se ao Bônus Itaipu, direcionados às classes residenciais e rurais que será pago de acordo com os meses de 2023 em que o consumo de energia de unidades consumidoras foi menor que 350 kWh, conforme a REH ANEEL nº 3.420/2024; (3) Corresponde ao saldo acumulado de energia injetada e ainda não compensada, pertencente aos clientes possuidores de usinas de geração fotovoltaica.

**18. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR**

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios. Os benefícios de curto e longo prazo - pós-emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Benefício Definido"); e (ii) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Contribuição Definida"). Demonstamos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2024	2023
Obrigações trabalhistas e PLR	141	135
Benefícios pós-emprego	71	122
<b>Total</b>	<b>212</b>	<b>257</b>
Passivo circulante	152	139
Passivo não circulante	60	116

**18.1 Benefícios Pós-Emprego:** A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. Os planos de benefícios estão abertos para novas adesões. O plano estruturado na modalidade de contribuição definida não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual). A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos à Administração da Companhia, na última avaliação, os planos são responsáveis pela governança e possuem uma obrigação legal em favor dos beneficiários no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguradora social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	Quantidade Beneficiários Ativos	Quantidade Beneficiários Assistidos	Situação	Condição financeira
<b>Planos de benefício definido</b>				
Vivest - PSAP/Elektro	3.040	1.804	Aberto	Deficitário
<b>Planos de contribuição definida</b>				
Néos - Plano CD Néos	1.198	-	Aberto	N/A
<b>Total</b>	<b>4.238</b>	<b>1.804</b>		

Conforme exposto acima, em 31 de dezembro de 2024, o passivo atuarial da Companhia passou a incluir um contrato de obrigação financeira para reequilíbrio atuarial do plano, informados abaixo. Este contrato gera uma obrigação extraordinária para a Companhia, atualizado pelo mesmo índice inflacionário aplicado no respectivo mês para atualização do plano, acrescido da taxa de juros de capitalização na última avaliação. A taxa atuarial realizada para definição do valor a ser provisionado é a amortização mensal. Anualmente o Valor Principal da Dívida poderá ser revisado em decorrência de eventual Equilíbrio Técnico Ajustado (o "ETA") positivo apurado nas reavaliações atuariais.

	2024	2023	Vencimento
<b>Planos de benefícios definido</b>			
Vivest - PSAP/Elektro	71	-	Maior/2039
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>-</b>	

**a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos**

	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Efeito do teto	Benefício definido líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(1.956)</b>	<b>1.834</b>	<b>-</b>	<b>(122)</b>
Efeitos dos juros	(62)	158	(4)	(8)
Contribuições pagas pelos participantes	(4)	4	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	8	-	8
Benefícios pagos pelo plano	137	(137)	-	-
Redimensionamento	416	(9)	(356)	51
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(1.569)</b>	<b>1.858</b>	<b>(360)</b>	<b>(71)</b>
Planos deficitários	(1.569)	1.858	(360)	(71)

	2024	2023	Vencimento
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(1.833)</b>	<b>1.813</b>	<b>(20)</b>
Custo do serviço	(2)	-	(2)
Efeitos dos juros	(167)	157	(10)
Contribuições pagas pelos participantes	(4)	4	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	4	-
Benefícios pagos pelo plano	147	(147)	-
Redimensionamento	(97)	(3)	(94)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(1.956)</b>	<b>1.834</b>	<b>(122)</b>
Planos deficitários	(1.956)	1.834	(122)

**b) Valores reconhecidos no resultado do exercício**

	Benefício definido	
<b>2024</b>	<b>2023</b>	
Custo do serviço	2	2
Despesa com juros de passivos	(166)	(166)
Receita com juros de ativos	158	157
<b>Alocação dos custos do serviço:</b>	<b>(4)</b>	<b>(8)</b>
Resultado do exercício	4	2

**c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes**

	Benefício definido	
<b>2024</b>	<b>2023</b>	
Resultado do exercício	(68)	(6)
Custo do serviço	4	2
Despesa com juros de passivos	(166)	(166)
Receita com juros de ativos	158	157
<b>Alocação dos custos do serviço:</b>	<b>(4)</b>	<b>(8)</b>
Resultado do exercício	4	2

	Benefício definido	
<b>2024</b>	<b>2023</b>	
Resultado do exercício	(68)	(6)
Custo do serviço	4	2
Despesa com juros de passivos	(166)	(166)
Receita com juros de ativos	158	157
<b>Alocação dos custos do serviço:</b>	<b>(4)</b>	<b>(8)</b>
Resultado do exercício	4	2

**d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial**

	Benefício definido	
<b>2024</b>	<b>2023</b>	
Valor presente das obrigações atuariais	(1.569)	(1.956)
Valor justo dos ativos	1.858	1.834
Efeito do limite do ativo (teto)	(360)	-
<b>Total passivo líquido</b>	<b>(71)</b>	<b>(122)</b>
Passivo circulante	(11)	(6)
Passivo não circulante	(60)	(116)

**e) Outras informações dos planos de benefício definido: (i) Ativos dos planos por categoria:**

	2024	2023		
<b>Preços cotados em mercado ativo</b>	<b>Preços não cotados em mercado ativo</b>	<b>Preços cotados em mercado ativo</b>	<b>Preços não cotados em mercado ativo</b>	<b>Valor justo total</b>
Entre 2035 e 2039	54	29	54	29
2040 em diante	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>29</b>	<b>54</b>	<b>29</b>

**Investimento direto:** Investimentos imobiliários - 49 / 47; Outros - 34 / 34.

**Investimento através de fundos:** Fundo de investimento - ações/quotas - 189 / 193; Fundo de investimento - multimercado - 1.567 / 1.547; Fundo de investimento - renda fixa - 1 / 1; Fundo de investimento - imobiliário - 18 / 10.

**Total** 1.775 / 83 / 1.858 / 1.751 / 83 / 1.834

**(ii) Expectativa de pagamentos futuros:** As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	Benefício definido	
<b>2024</b>	<b>2023</b>	
Entre 2025 e 2039	144	143
2040 em diante	142	142
2028	141	141
2029	140	140
Entre 2030 e 2034	698	698
Entre 2035 e 2039	649	649
2040 em diante	1.976	1.976
<b>Total</b>	<b>4.023</b>	<b>4.023</b>

Para fins de capitalização do plano de benefícios definidos, a Companhia espera desembolsar R\$ 9 no exercício de 2025. **(iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas:** Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	Benefício definido	
<b>2024</b>	<b>2023</b>	
Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%	1.639	2.065
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	4,41%	5,49%
Impacto no duration da obrigação atuarial	9,63	11,41
<b>Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%</b>	<b>1.504</b>	<b>1.859</b>
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	(4,08)%	(5,01)%
Impacto no duration da obrigação atuarial	9,03	10,65

Em 03 de dezembro de 2024 houve a aprovação pelo órgão regulador (PREVIC) do processo de transferência de gerenciamento do Plano PSAP/Elektro da Vivest para a Néos. O plano PSAP/Elektro administrado pela Vivest passará a ser administrado pela Néos a partir da data efetiva de transferência, prevista para ocorrer em 31/12/2025, sem qualquer tipo de interrupção ou prejuízo para os seus participantes. As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	Benefício definido	
<b>2024</b>	<b>2023</b>	
Taxa média nominal de desconto	11,30%	8,62%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	4,10%	4,42%
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	N/A
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,25%	3,25%
Duração (em anos)	9,32	11,02



**Subsidiárias da Neoenergia**

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção/remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2024		2023	
						(Pas-ciclo sivo)	(Pas-ciclo sivo)	Ativo/do exercicio	Resultado do exercício
d	Neoenergia	Compartilhamento de pessoal	N/A	1 ano	2025	-	2	-	5
d	Neoenergia Pernambuco	Compartilhamento de pessoal	N/A	1 ano	2025	-	2	1	5
a	Ceu Azul	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	30 anos	2042	(1)	(6)	(1)	(6)
d	Neoenergia Coelba	Compartilhamento de pessoal	N/A	1 ano	2025	1	10	2	21
a	Neoserv	Bônus solar	IPCA	1 ano	2025	-	(1)	(1)	(4)
a	Energetica Pedra, S.A. (EAPSA)	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	30 anos	2040	(2)	(20)	(2)	(7)

**Controladora**

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção/remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2024		2023	
						(Pas-ciclo sivo)	(Pas-ciclo sivo)	Ativo/do exercicio	Resultado do exercício
c	Neoenergia S.A.	Contrato de FEE por Aval	N/A	2 anos	2026	33	(62)	19	(46)
e	Neoenergia S.A.	Dividendos e JCP	N/A	N/A	Indeterminado	(18)	-	(76)	-

**Acionistas e outros**

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção/remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2024		2023	
						(Pas-ciclo sivo)	(Pas-ciclo sivo)	Ativo/do exercicio	Resultado do exercício
a	Norte Energia	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	30 anos	2044	(23)	(201)	(25)	(193)
b	Funesep	Previdência Privada	N/A	n/a	Indeterminado	-	(2)	-	(5)
a	Neoenergia Japão	Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - Energia S.A. CUST	IGPM	20 anos	2044	-	(4)	-	(4)

**20.4 Remuneração da administração (Pessoa-chave)**  
A remuneração da Administração reconhecida no resultado do exercício pelo regime de competência é como segue:

	2024	2023
Salários e benefícios recorrentes	3	2
Outros benefícios de curto prazo	1	-
Benefícios de longo prazo	-	-
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>2</b>

Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

**21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**21.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:** A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como seguem:

	2024		2023	
	CA VJORA	VJR	CA VJORA	VJR
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	184	561	415	242
Títulos e valores mobiliários	-	20	2	19
Contas a receber de clientes e outros	2.552	-	2.449	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	77	153	36
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	-	6.304	-
Outros ativos	58	-	53	-
<b>Total</b>	<b>2.794</b>	<b>77</b>	<b>7.038</b>	<b>2.919</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros e operações de desconto de títulos	814	-	835	-
Empréstimos e financiamentos	6.968	-	299	353
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	625	-	376	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	7	-	68
Passivo de arrendamento	50	-	27	-
Outros passivos	130	-	5	70
<b>Total</b>	<b>8.587</b>	<b>7</b>	<b>304</b>	<b>6.460</b>

CA - Custo Amortizado; VJORA - Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes; VJR - Valor Justo por meio do Resultado.

**21.2 Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.8 (análise de sensibilidade). **21.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (VJR ou CA VJORA):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	2024			2023		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	561	-	561	242	-	242
Títulos e valores mobiliários	20	-	20	19	-	19
Instrumentos financeiros derivativos	230	-	230	175	-	175
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	-	6.304	-	-	5.308
<b>Total</b>	<b>811</b>	<b>6.304</b>	<b>7.115</b>	<b>436</b>	<b>5.308</b>	<b>5.744</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Empréstimos e financiamentos	299	-	299	353	-	353
Instrumentos financeiros derivativos	7	-	7	68	-	68
Outros passivos	5	-	5	10	-	10
<b>Total</b>	<b>311</b>	<b>-</b>	<b>311</b>	<b>431</b>	<b>-</b>	<b>431</b>

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2024 e 2023, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 171 e R\$ 150, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgadas na nota 12.1. **21.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (CA):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2024		2023	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo	Saldo contábil	Estimativa de valor justo
Empréstimos e financiamentos	6.968	-	7.113	5.152

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e

ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil. **21.5 Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: **(i) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: - Custo Amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado); ou - Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes. **(ii) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos de transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **21.6 Métodos e técnicas de avaliação:** (i) **Concessões do serviço público:** Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço de mercado, nas datas de aplicação e que refletem as condições de mercado de referência. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. (ii) **Empréstimos e financiamentos:** O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de receita ou na abordagem de mercado. As debêntures negociadas em mercado secundário são mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação ou PU cotação, ambos disponíveis na B3 ou Anbima, respectivamente. As debêntures não negociadas em mercado secundário e os demais empréstimos e financiamentos bilaterais são mensurados com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livres de riscos provenientes de fonte de mercado (B3) e do spread de risco de crédito da Companhia, divulgados pelas agências classificadoras de rating. O spread de risco da Companhia é ajustado a duration e a moeda de cada instrumento de dívida. (iii) **Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de aplicação e que refletem as condições de mercado de referência das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. No caso de swaps, tanto o valor presente da ponta ativa quanto o da ponta passiva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do swap na moeda de referência. Para os contratos a termo são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas na B3 e/ou no portal da Bloomberg. Os derivativos são mensurados pelo método de mercado, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e as condições de mercado tendem a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Companhia faz o acompanhamento do risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contraparte. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis. **21.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração das taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são swaps e Non-Deliverable Forwards (NDF). Todas as operações de derivativos dos programas de hedge da Companhia estão detalhadas em quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento e valor justo incluindo risco de crédito. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de swap para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes swaps, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes. Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de hedge mensurados a valor justo por meio do resultado:

	Valor de referência			Valor justo		
	2024	2023	Vencimento (Ano)	2024	2023	
<b>Swap US\$ pós vs R\$ pós</b>						
Ativo	US\$ 19	US\$ 26	2027	119	125	
Passivo	R\$ 62	R\$ 84		(60)	(81)	
<b>Líquido</b>				<b>59</b>	<b>44</b>	
<b>Swap US\$ pré vs R\$ pós</b>						
Ativo	US\$ 30	US\$ 49	2025-2027	180	228	
Passivo	R\$ 87	R\$ 136		(86)	(133)	
<b>Líquido</b>				<b>94</b>	<b>95</b>	

O programa abaixo é classificado de acordo com os critérios contábeis de hedge mensurados a fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência			Valor justo		
	2024	2023	Vencimento (Ano)	2024	2023	
<b>Swap US\$ pré vs R\$ pós</b>						
Ativo	US\$ 149	US\$ 75	2025-2027	906	340	
Passivo	R\$ 823	R\$ 417		(839)	(426)	
<b>Líquido</b>				<b>68</b>	<b>(66)</b>	

**Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Euro:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de swap para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes swaps, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes. O programa a seguir é designado para contabilidade de hedge e classificado como hedge de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência			Valor justo		
	2024	2023	Vencimento (Ano)	2024	2023	
<b>Swap EUR \$ pré vs R\$ pós</b>						
Ativo	-	-	2024	-	240	
Passivo	-	-		-	(204)	
<b>Líquido</b>					<b>36</b>	

**Programa de hedge para desembolsos em Dólar:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar. O programa é designado para contabilidade de hedge e classificado como hedge de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência			Valor justo		
	2024	2023	Vencimento (Ano)	2024	2023	
<b>NDF Desembolso USD</b>						
Termo	US\$ 1	US\$ 1	2025-2027	1	(1)	
<b>Líquido</b>				<b>1</b>	<b>(1)</b>	

**Programa de hedge para desembolsos em Euro:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro. O programa é designado para contabilidade de hedge e classificado como hedge de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência			Valor justo		
	2024	2023	Vencimento (Ano)	2024	2023	
<b>NDF Desembolso EUR</b>						
Termo	€ 1	€ 2	2025	1	(1)	
<b>Líquido</b>				<b>1</b>	<b>(1)</b>	

**21.8 Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo-se todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte de prazo para os próximos 68 dias úteis (ou 60 dias contados) a partir de 31 de dezembro de 2024. - **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2024. - **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. - **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia considera o impacto de flutuações de considerável importância nos passivos objetos de proteção, com as respectivas taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	Exposição (Saldo/Impacto Nacional)			Impacto Cenário		
	Moeda	Risco	Cotação	Provável	(II)	(III)
Divida em Dólar	Dólar	Alta do Dólar	(US\$)	(1,218)	(1,234)	(185)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar	Alta do Dólar	(US\$)	1205	1,222	183
<b>Exposição Líquida</b>				<b>(13)</b>	<b>(14)</b>	<b>(2)</b>

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzi-

dos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de hedge:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nacional)		Impacto Cenário	
				Provável	(II)	(III)	(III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD	Dólar	Alta do Dólar	6,1923	(5)	1	1	
NDF	-	-	-	5	(1)	(1)	
<b>Exposição Líquida</b>				<b>-</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro	Alta do Euro	6,4363	(8)	1	2	
NDF	-	-	-	8	(1)	(2)	
<b>Exposição Líquida</b>				<b>-</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/Nacional)		Impacto Cenário	
				Provável	(II)	(III)	(III)
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	12,15%	696	85	(13)	(25)
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>							
<b>Empréstimos, Financiamentos e Debêntures</b>							
Dividas em CDI	CDI	Alta do CDI	12,15%	(4.258)	(664)	(100)	(199)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	12,15%	(983)	(146)	(22)	(44)
Divida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,87%	(1.828)	(192)	(14)	(28)
Divida em SOFR	SOFR	Alta do SOFR 6M	4,49%	(119)	(6)	(1)	(1)
Swaps SOFR x CDI (Ponta Ativa)	SOFR	Alta do SOFR 6M	4,49%	119	6	1	1

**22. COMPROMISSOS**

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	Compra de Energia (I)	Construção de Infraestrutura
2026	3.242	1.004
2027	3.498	1.097
2028	3.755	1.132
2029	3.955	1.169
2030	4.244	1.203
Entre 2031 e 2035	25.142	6.718

(I) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atende os compromissos impostos pela legislação.

**MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Ana Teresa Lafuente González <b>Presidente</b>	
<b>TITULARES</b>	
Fulvio da Silva Marcondes Machado	
Solange Maria Pinto Ribeiro	
Leonardo Pimenta Gadelha	
Claudecir da Silva	
Edilson Antônio Costa Brito Garcia	